UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO ABERTA E À DISTÂNCIA (DEAAD)
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – ICSA
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

ANA TÁCILA LIMA DA SILVA

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: O PROGRAMA TERRITÓRIOS DA CIDADANIA COMO INSTRUMENTO FACILITADOR DO ACESSO AS POLÍTICAS PÚBLICAS.

REDENÇÃO - CE

2018

ANA TÁCILA LIMA DA SILVA

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: O PROGRAMA TERRITÓRIOS DA CIDADANIA COMO INSTRUMENTO FACILITADOR DO ACESSO AS POLÍTICAS PÚBLICAS.

Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública Municipal da Universidade Internacional da Lusofonia Afro Brasileira (UNILAB), Diretoria de Educação Aberta e a Distância, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão Pública Municipal.

Orientador: Prof. º Ms. C. Francisco Wilson Ferreira da Silva

REDENÇÃO - CE

2018

Silva, Ana Tácila Lima da.

S578d

Desenvolvimento territorial: o programa territórios da cidadania como instrumento facilitador do acesso as políticas públicas / Ana Tácila Lima da Silva. - Redenção, 2018.
33f: il.

Monografia (Pós graduação *latu sensu*). Especialização em Gestão Pública Municipal. Universidade da Integraçao Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

Orientador: Prof. º Msc. Francisco Wilson Ferreira da Silva

1 – Desenvolvimeto Territorial. 2 – Políticas Públicas. 3 – TERRITÓRIOS da Cidadania. I. Título

CE/UF/BSCL CDD 300

FOLHA DE AVALIAÇÃO

A monografia se intitulada *Desenvolvimento territorial: o programa territórios da cidadania como instrumento facilitador do acesso as políticas públicas* de autoria de Ana Tácila Lima da Silva, sob orientação do Prof. Ms.c. Francisco Wilson Ferreira da Silva, apresentada em sessão pública ao Programa Pós-graduação em Gestão Pública Municipal da Diretoria de Educação Aberta a Distância, do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA), da Universidade Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão Pública Municipal, foi aprovada em 07/06/2018, pela Banca Examinadora composta pelos seguintes membros:

_____

Prof.º Ms.c. Francisco Wilson Ferreira da Silva

Mestre em Economia (Setor público) pela Universidade Federal do Ceará (UFC)

Orientador (PPGPM-UNILAB)

_____

Prof. ª Dra. Rejane Felix Pereira

Doutora em Engenharia Civil (Recursos Hídricos) pela Universidade Federal do Ceará

Examinadora Interna 01 (PPGPM-UNILAB)

_____

Prof. ª Dra. Patrícia Verônica Pinheiro Sales Lima

Doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal do Ceará

Examinadora Interna 02 (PPGPM-UNILAB)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a Deus.

Aos meus pais.

Ao orientador, pelas considerações feitas quando da realização deste TCC.

Obrigado a todos!

A banca examinadora que, de uma forma ou outra, contribuiu para o melhor direcionamento dessa tese. Obrigada a cada um de vocês por acrescerem à realização deste trabalho.

Por final uma imensa gratidão a todos que construíram, conosco, à elaboração e execução deste trabalho

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, por ser minha força e me sustentar diante de todos os desafios diários;

Aos meus pais, José Oscar Rodrigues da Silva e Naiza Lima da Silva, por todo o apoio, pelas vezes que me mostraram o quanto sou capaz e estiveram do meu lado me incentivando;

Ao meu filho, Pablo Miguel motivo maior da minha persistência diária;

Ao meu esposo e companheiro, Maiquy Silva de Lima, pelo carinho, amor e compreensão durante toda essa caminhada;

Aos meus amigos de mais uma jornada Adriana, Evilásio e Vanessa com os quais dividi todos os momentos;

Ao orientador, por todas as contribuições;

Aos professores e professoras da Especialização, que foram fundamentais no processo de aprendizagem durante todo o curso;

EPÍGRAFE

“Não foi eu quem ordenei a você? Seja forte e corajoso! Não se apavore nem desanime, pois o senhor, o seu Deus, estará com você por onde você andar. ” Josué 1:9

“A maior recompensa para o trabalho do homem não é o que ele ganha com isso, mais o que ele se torna com isso.”

John Ruski

LISTA DE ABREVIATURAS

MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
PRONAT	Programa Nacional dos Territórios Rurais
PTC	Programa Territórios da Cidadania
IDH – M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M),
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
CRAS	Centro de Referência e Assistência Social

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	Número de Territórios por Região	19
Quadro 2	Características dos Territórios da Cidadania	20

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Eixos e Temas dos Territórios da Cidadania	21
Figura 2	Estratégias De Gestão do Programa Territórios da Cidadania	22
Figura 3	Evolução do IDHM Brasil 1991 - 2010	25

RESUMO

São diversos os desafios encontrados para a definição de estratégias que promovam o desenvolvimento territorial, o Programa Território da Cidadania (PTC) é uma estratégia governamental para garantir o desenvolvimento territorial e o acesso a programas básicos de cidadania, por meio da implementação de políticas públicas. Este artigo tem como objetivo apresentar brevemente como o PTC auxilia no acesso dos territórios participantes às políticas públicas territoriais. Desse modo, a importância do PTC justifica-se pelo fato de orientar e monitorar a organização social dos territórios, por meio de comitês, bem como o incentivo ao exercício do controle social pela sociedade civil. De acordo com todos os dados apresentados, concluiu-se que o PTC tornou-se um marco na história das Políticas Públicas focadas no desenvolvimento territorial, sua priorização pelos territórios com os mais altos índices de pobreza e desigualdades sociais e econômicas, apresentam o diferencial de sua estratégia , assim como seu objetivo de promover o acesso de toda a população a serviços de cidadania, como habitação, saúde e educação, entre outros, tornando ainda mais relevante sua significação.

Palavras-chave: Desenvolvimento Territorial. Políticas Públicas. Territórios da Cidadania.

ABSTRACT

There are several challenges encountered in the strategies developed to promote territorial development, the Territory of Citizenship Program (PTC) is a government strategy to guarantee territorial development, and access to basic citizenship programs, through the implementation of public policies. This paper aims to present briefly how the PTC helps the access of participating territories to territorial public policies. In this way, the importance of the PTC is justified by the fact that it guides and monitors the social organization of the territories, through committees, as well as the incentive of the exercise of social control by civil society. According to all the data presented, it was concluded that the PTC has become a milestone in the history of Public Policies focused on territorial development, its prioritization by the territories with the highest poverty indices and social and economic inequalities, present the differential of its strategy, as well as its goal of promoting the access of all the population to citizenship services, such as housing, health and education, among others, makes their significance even more relevant.

Keywords: Territorial Development. Public policy. Territories of Citizenship.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 14

2 O DESENVOLVIMENTO COMO ENFOQUE TERRITORIAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS 16

3 PROGRAMA TERRITÓRIOS DA CIDADANIA: AMPLIAÇÃO DE AÇÕES PARA A REDUÇÃO DA POBREZA 20

4 GESTÃO DOS TERRITÓRIOS DE CIDADANIA ..... **Erro! Indicador não definido.**

4.1 O Programa Territórios da Cidadania e o acesso às Políticas Públicas **Erro! Indicador não definido.**

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 29

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 31

1. INTRODUÇÃO

Diversos são os desafios encontrados nas estratégias desenvolvidas para a promoção do desenvolvimento territorial, assim como as políticas públicas a serem implementadas exigem um escopo amplo, que inclua todas as diversidades econômicas, ambientais e culturais, motivos que justificam a quantidade de ações desenvolvidas especialmente para o meio rural.

Dentre essas razões, destaca-se ainda a luta por direitos iguais, dos quais se destaca a conquista de políticas especificas no apoio e fortalecimento das comunidades rurais, o objetivo maior era que estas possibilitassem aos agricultores condições de permanecerem nas áreas rurais com qualidade de vida.

A partir dos anos 70 iniciaram-se discussões sobre o perfil das políticas que melhor se adequavam para a promoção do desenvolvimento de um determinado local e, desse debate o surgimento da conhecida abordagem territorial, reafirmando a relação do desenvolvimento com a organização direta da sociedade em relação aos objetivos comuns para que o desenvolvimento venha a se consolidar.

Essa situação se fortaleceu no Brasil através do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) que pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) instituiu a abordagem territorial como estratégia para o desenvolvimento, organizando o país em 241 territórios, as primeiras ações aconteceram com a consolidação do PRONAT (Programa Nacional dos Territórios Rurais) em 2003, que possuía como objetivo promover o planejamento, a implementação e a autogestão do processo de desenvolvimento sustentável nos territórios rurais.

Com o passar dos anos e com a alta demanda por programas que atendessem de forma mais eficaz as regiões mais carentes surgiu o Programa Territórios da Cidadania (PTC), voltado para os territórios mais pobres.

Dessa forma, a pesquisa realizada teve como foco, analisar e apresentar como o Programa Territórios da Cidadania facilita o acesso às políticas públicas de desenvolvimento territorial. Para tanto busca responder a seguinte problemática, quais as contribuições do PTC para o melhor acesso as políticas públicas de desenvolvimento territorial?

O trabalho que se possui os seguintes objetivo: objetivo geral apresentar de forma sucinta como o PTC auxilia o acesso dos territórios participantes às políticas públicas territoriais; e objetivos específicos descrever a evolução dos conceitos sobre desenvolvimento territorial e suas relações com as políticas públicas; entender o perfil dos territórios que participam do PTC; compreender como o PTC orienta na seleção do grupo de políticas públicas aplicável em cada território participante.

Para a realização do estudo foram utilizados documentos extraídos do site do MDA (Ministérios do Desenvolvimento Agrário), além de pesquisas realizadas em outras fontes como vídeos que apresentam entrevistas com os mentores do PTC e trabalhos já publicados sobre o tema em questão.

Nos capítulos a seguir, apresenta-se uma contextualização sobre o desenvolvimento com enfoque territorial e as políticas públicas voltadas para essa perspectiva, em seguida uma apresentação sobre o Programa Territórios da Cidadania e suas contribuições no acesso as políticas públicas, por fim, são apresentadas as considerações finais.

2. O DESENVOLVIMENTO COMO ENFOQUE TERRITORIAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Na busca de alternativas para o enfrentamento da pobreza e das desigualdades sociais, surge uma nova forma de promoção do desenvolvimento, essa estratégia se destaca por sua especificação de trabalhar considerando os territórios, como espaços delimitados de atuação e através da especificação de políticas públicas, apropriadas para o surgimento de cada necessidade de forma diferenciada.

O termo desenvolvimento territorial teve sua origem na Europa, e desde então se espalhou pelo mundo como umas das formas mais eficaz, de levar novas expectativas de vida, principalmente para o homem do campo, que até então era esquecido, pelo estado e vivia apenas daquilo que produzia. Outro ponto bastante precário era a qualidade dos serviços básicos de cidadania oferecidos.

Sua chegada ao Brasil ocorreu em um momento em que o pais se encontrava bastante fragilizado economicamente, nesse período estudos comprovavam que o aumento do desemprego similar ao crescimento econômico, estava diretamente relacionando com as estratégias de desenvolvimento econômico utilizadas como forma de banir a pobreza, e que essas deixaram de ser o método mais eficiente, o país clamava por novas formas para se buscar o desenvolvimento. (BONNAL et al, 2011, p 36).

Este enfoque territorial do desenvolvimento diz respeito ás necessidades que cada região possui, tanto de uma atenção maior do Estado, como da valorização de seus aspectos que merecem um olhar diferenciado, como é o caso da integração das políticas públicas de acordo com o conjunto de demandas. (MEDEIROS; DIAS, 2011, p. 13)

Para o Ministério do Desenvolvimento Agrário (2010), o desenvolvimento com enfoque territorial:

> “Trata-se de uma ação de Estado dirigida para regiões rurais nas quais se constroem, historicamente, relações de pertencimento e

> identidades culturais e geográficas. Para que este processo ganhe força e densidade, foram e estão sendo criados mecanismos institucionais para o estímulo e o apoio à participação dos atores dos territórios para que possam discutir e deliberar publicamente sobre políticas, programas e projetos que afetam diretamente suas vidas." MDA (2010)

De acordo com BRITO (2012), as ações iniciais voltadas para o desenvolvimento baseado na perspectiva do planejamento territorial aconteceram em 1990, com a elaboração do Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS). Este teve como finalidade proporcionar o crescimento da atividade agrícola e a igualdade na distribuição de renda, reduzindo consequentemente as desigualdades sociais, por meio dos modos de inserção produtiva, promovendo desenvolvimento com igualdade. (PEREIRA, 2010, p.19)

Esse conjunto de fatores originaram o território, que é considerado segundo *BONNAL et al* (2011) "[...] um espaço ideal para o desdobramento de vários desafios como o reequilíbrio socioeconômico, a gestão do meio ambiente, construção de novas estratégias concorrenciais e a reforma da governança".

Muitos são os autores e as disciplinas que buscam uma definição exata acerca do termo território. Podemos citar como exemplo, a Geografia que vai dizer que o território é um espaço delimitado e construído a partir de elementos naturais, culturais, políticas e administrativos. Ou seja, esse espaço é composto por fronteiras, limites e elementos que diferenciam os que estão fora dessas fronteiras. (BONNAL et al, 2011, p. 37)

Desta forma o território passa a ser o elemento principal das estratégias econômicas, políticas e socais, podemos dizer que ele passar a ser como a unidade básica para a execução das políticas públicas. O território é definido segundo PERICO e RIBEIRO (2005):

> Como um espaço, meio ambiente e institucionalidade, politica, sociedade, economia e cultura com todas essas peculiaridades dinâmicas e em permanente construção de interdependência. Ou seja, ele se constitui como o espaço que ocupamos e engloba todos os aspectos que representam nossa existência e nossas ações. (PERICO; RIBEIRO 2005, p.71)

Segundo o documento Referência para o Desenvolvimento Territorial Sustentável (2003), território deve ser compreendido como:

> Um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos caracterizados por critérios multidimensionais, tais como o AMBIENTE, a ECONOMIA, a SOCIEDADE, a CULTURA, a POLÍTICA e as INSTITUIÇÕES, e uma POPULAÇÃO com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam IDENTIDADE e coesão social, cultural e territorial. (BRASIL, 2003, p. 34).

Para a realização de todas as ações planejadas dentro da estratégia de desenvolvimento territorial, o estado conta com um conjunto de programas que atendem desde aspectos econômicos de cada região até o oferecimento dos programas básicos de cidadania, esses programas se tratam das Políticas Públicas, que são definidas, segundo TEIXEIRA (2002):

> Como conjunto de diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. TEIXEIRA (2002)

Quando fazemos um recorte dessas políticas aplicadas ao desenvolvimento territorial, podemos afirmar que as mesmas possuem como objetivo possibilitar, que os diversos segmentos da sociedade, em especial, os agricultores familiares, tenham acesso a serviços básicos de cidadania, como saúde, educação, moradia. Proporcionando a estes meios de desenvolvimento e preservação dos costumes e tradições.

Elaborar uma política pública significa definir quem decide o quê, quando, com que consequências e para quem. São definições relacionadas com a natureza do regime político em que se vive, com o grau de organização da sociedade civil e com a cultura política vigente, é preciso considerar a quem se destinam os resultados ou benefícios, e se o seu processo de elaboração é submetido ao debate público.

Essas mudanças atingiram todas as áreas, o meio rural também foi representado, “No meio rural está evolução foi particularmente significativa e se concretizou, entre outros aspectos, pela legitimação da agricultura familiar como ator sócio político organizado”. BONNAL (2011).

Seguinte a este capitulo temos, uma contextualização acerca da criação do Programa Territórios da Cidadania apresentando os objetivos, o perfil dos territórios participantes e as ações desenvolvidas nos territórios.

3. O PROGRAMA TERRITÓRIOS DA CIDADANIA: AMPLIAÇÃO DE AÇÕES PARA A REDUÇÃO DA POBREZA

O desenvolvimento do país brasileiro tomou novos rumos a partir do ano de 2003, quando foi instituído no segundo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT), tendo como objetivo principal ofertar melhores infraestruturas e serviços aos municípios rurais que apresentam baixos Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), proporcionando assim melhorias sociais e econômicas.

Com o passar dos anos e com o crescente número de famílias permanecendo na linha de pobreza, foi necessário o estabelecimentos de programas com escopos mais amplos para o atendimento desse público, e para a erradicação da pobreza e das desigualdades sociais.

O Programa Territórios da Cidadania (PTC) foi instituído através de Decreto em 25 de fevereiro de 2008:

> Fica instituído o Programa Territórios da Cidadania, a ser implementado de forma integrada pelos diversos órgãos do Governo Federal responsáveis pela execução de ações voltadas à melhoria das condições de vida, de acesso a bens e serviços públicos e a oportunidades de inclusão social e econômica às populações que vivem no interior do País. Art.1º.

O PTC trata-se de uma estratégia de governo para a garantia do desenvolvimento territorial, e do acesso aos programas básicos de cidadania, nos territórios em que os investimentos públicos não são suficientes para o atendimento de toda a população, para tanto possui como objetivo:

> "A superação da pobreza e geração de trabalho e renda no meio rural por meio de uma estratégica de desenvolvimento territorial sustentável." MDA (2010).

O programa utilizou como escopo inicial 60 territórios. Em 2009 este número foi ampliado para 120 territórios (Quadro 1), aumentando também o número de ministérios e órgãos federais parceiros do programa que passou de 17 para 223, vale aqui ressaltar foram utilizados como base os territórios definidos em 2003 pelo

PRONAT, os quais são formados por conjuntos de municípios com o mesmo perfil econômico e ambiental e várias outras características similares, facilitando assim os desenhos das políticas públicas a serem implementadas.

Quadro1: Numero de territórios por região

Região	Total de Territórios
Nordeste	56
Norte	27
Sudeste	15
Centro-Oeste	12
Sul	10
Total	120

Fonte: SDT//MDA (2010).

Com a criação dos territórios da cidadania, surgiu de fato uma nova expectativa de desenvolvimento que está além dos limites dos municípios e com um potencial que resulta da junção de vários ministérios em prol de um único objetivo, sua essência é mais complexa, pelo fato de reunir ações e planos de muitos órgãos, o que exige um planejamento mais bem estruturado, para que sua execução consiga apoiar todas as áreas e garantir a realização de todos os objetivos.

Com relação às características dos territórios beneficiados com o programa, destacam-se MDA (2010) o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), onde os mesmo devem apresentar os menores índices do país, territórios que possuam os maiores números de beneficiários do programa bolsa família, agricultores familiares, assentados da reforma agraria, quilombola, indígenas, e que apresentem um elevado número de municípios com baixo dinamismo econômico[1], sendo ainda pelo menos um territórios por estado da federação, e os territórios com maior organização social.

Quadro 2: Características dos Territórios da Cidadania

Municípios beneficiados	1.852
População total	42,4 milhões
População rural	13,1 milhões
Agricultores familiares	1,9 milhão
Assentados da reforma agrária	525,1 mil famílias
Pescadores	210,5 mil
Comunidades quilombolas	810 comunidades
Terras indígenas	317 terras

Fonte: SDT//MDA (2010).

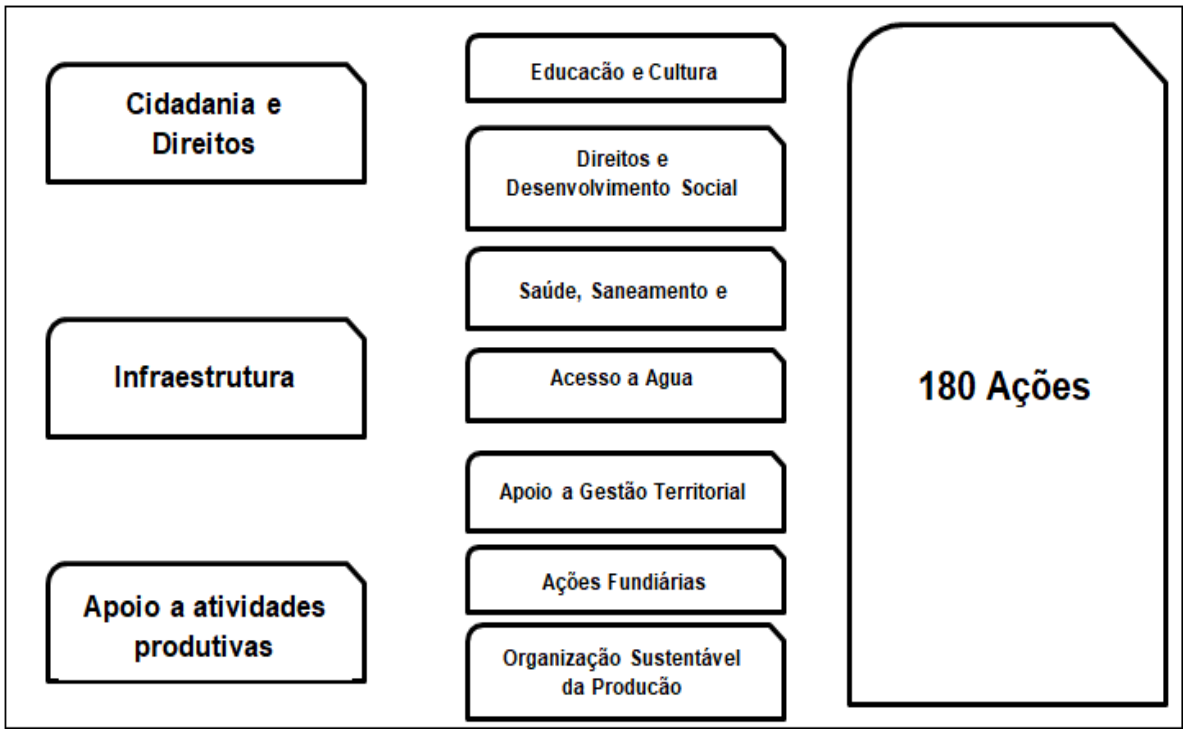
Outra rica característica do PTC é o desenvolvimento de ações integradas de vários ministérios que aportarão recursos aos 120 territórios, sendo estas executadas de forma diferenciada em cada território, respeitando as características socioeconômicas peculiares a cada região. Estas ações estão incluídas em sete eixos de atuação e são distribuídos pelas 22 secretarias e ministérios que fazem parte do PTC, estão organizadas em três eixos estruturantes e sete temas, com seus objetivos, conforme ilustrado na Figura 1.

Segundo Hespanhol (2010) o desenvolvimento das ações se baseou em três eixos principais de atuação: Primeiro acesso aos direitos sociais: as ações se concentram em educação, saúde, cultura e documentação pessoal; Segundo infraestrutura: com investimentos em saneamento e acesso à água, construção de moradias em assentamentos e estradas, eletrificação rural, licenciamento ambiental etc.; Terceiro apoio às atividades produtivas agrícolas e pecuárias: com ações que visam à assistência técnica, crédito rural, comercialização da produção (por intermédio do Programa de Aquisição de Alimentos ou de iniciativas ligadas ao cooperativismo e às agroindústrias), regularização fundiária.

Os eixos representam segundo o MDA (2010) prioritariamente a promoção do desenvolvimento e a oferta universalizada dos programas básicos de cidadania.

Todas essas ações compõem um conjunto de estratégias para o desenvolvimento territorial sustentável, que busca, principalmente, integrar as políticas públicas, com o propósito de reduzir as desigualdades através da integração entre governos municipais, estaduais, federal e sociedade. Norteados pelos eixos temáticos, os órgãos que compõem o PTC constituem a matriz territorial, que corresponde à oferta de ações a cada território, de acordo com as suas demandas e também dos interesses estatais. A matriz territorial é composta pelas possíveis políticas, que serão implementadas em cada território, ela é utilizada como base, para os debates territoriais, e a partir deles são construídos os planos de ações territoriais, finalizando o processo com o relatório de execução.

Figura 1. Eixos e Temas dos Territórios da Cidadania



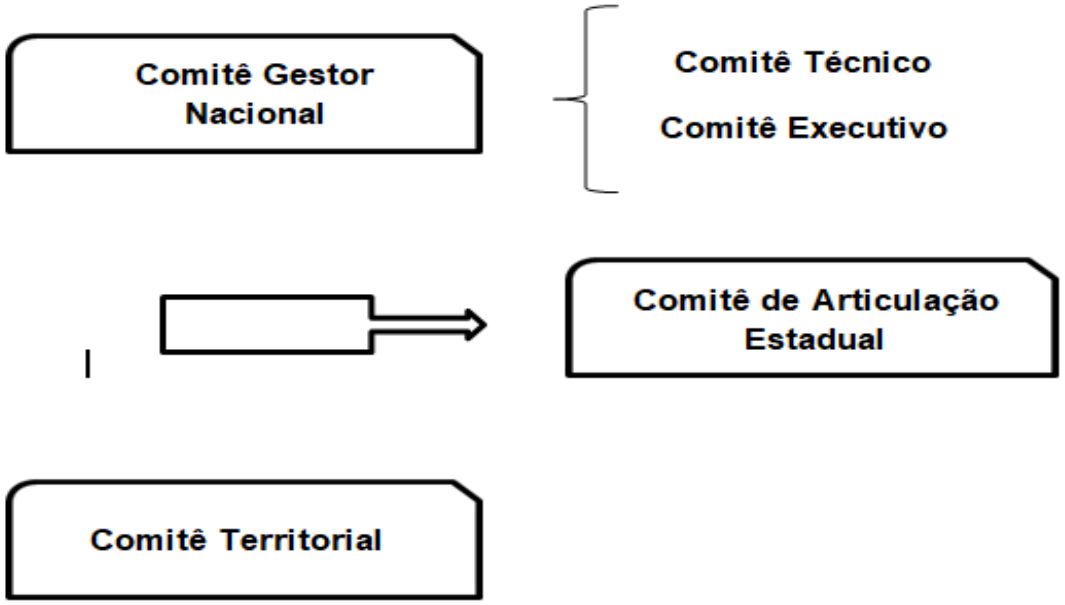
Fonte: SDT/MDA (2010).

As ações implantadas pelos TC têm por finalidade promover e acelerar a superação da pobreza e das desigualdades sociais, em especial as de gênero, raça e etnia através da ampliação do acesso a um conjunto de políticas públicas, e mecanismos de participação social, na escolha e na gestão dos programas básicos de cidadania.

3.1. Estratégia de Gestão do Programa Territórios da Cidadania

A gestão do PTC ocorre forma conjunta, e conta com a participação estratégica e operacional dos três níveis do governo, no âmbito federal o Comitê Gestor Nacional é o responsável por um conjunto de atividades das quais, podemos destacar segundo o MDA (2010) aprovar diretrizes, adotar medidas para a execução das ações, avaliar o Programa, aprovar relatórios de gestão, assim como aprovar a entrada de novos territórios. Esse comitê é composto por secretários executivos de todos os ministérios que compõem o PTC.

Figura 2. Estratégias De Gestão do Programa Territórios da Cidadania



Fonte: SDT/MDA (2010).

No nível estadual encontra-se na gestão do PTC o Comitê de Articulação Estadual, o mesmo é definido como comitê consultivo e propositivo, ou seja, é através desse comitê que são definidas as propostas de melhorias, ao longo da execução das ações. Como o próprio nome especifica, o mesmo trabalha realizando uma ponte entre o território e o representante no nível federal, dentre suas ações podemos destacar, auxilio na organização dos territórios, promoção da articulação e a integração de políticas públicas e acompanhamento da execução das ações do PTC. Este comitê é composto por todos os órgãos federais que atuam no estado, representantes dos órgãos estaduais indicados pelo governo do estado e prefeituras dos municípios que participam dos territórios.

Nos territórios temos os Colegiados Territoriais, esse órgão se destaca como espeço de discursão sobre as demandas de cada território e as políticas adequadas para suprir as necessidades individuais, na sua composição já é possível identificar a importância da sua dinâmica de atuação, o mesmo é formado por representantes das três esferas de governo e representantes da sociedade civil. Suas ações se voltam segundo o MDA (2010) para a ampla divulgação das ações do PTC, promover a interação ente gestores públicos e conselho setoriais, e ainda são os responsáveis por contribuir com sugestões para a qualificação das ações, colaborando para o desenvolvimento do Plano Territorial de Ações Integrada, outra ação essencial dos colegiados territoriais é o exercício do controle social.

4. O PROGRAMA TERRITÓRIOS DA CIDADANIA E O ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

O Programa Territórios da Cidadania teve sua origem embasada na delimitação dos Territórios Rurais através do PRONAT em 2003, podemos afirmar assim que o primeiro programa criado pelo MDA representou um grande passo para o acesso de grande parte da população pobre as políticas públicas, sendo estas consolidadas como uma nova forma de promoção do desenvolvimento territorial através dos Territórios da Cidadania que representou a ampliação dos Territórios Rurais, o que antes se limitava apenas as ações do MDA, hoje comporta ações de 22 ministérios, e ainda com o apoio das organizações da sociedade civil.

É importante ainda ressaltar que o PTC se destaca como um programa que compreende diversas políticas públicas como fontes de apoio e ações para o desenvolvimento do seu objetivo maior.

De acordo com o que foi exposto anteriormente no quadro 1 (MDA, 2010), os Territórios da Cidadania dividem-se nas regiões da seguinte forma, 7% na região Sul, 10% na região centro-oeste, 13% na região sudeste, 23% na região Norte e 47% na região Nordeste, o maior número de territórios beneficiados encontram-se na Região Nordeste, o que confirma a prioridade do Governo Federal em investir em programas sociais nessa região devido à concentração de pobreza.

Segundo avaliação do MDA (2010) Nos dois primeiros anos de atuação, o PTC disponibilizou R$ 37,7 bilhões para ações de apoio a atividades produtivas, com execução de R$ 31,1 bilhões. Destacando ainda que o programa melhorou a qualidade e a abrangência das políticas públicas que já existiam. Os fatos são confirmados por meio dos seguintes dados disponibilizados segundo avaliação do MDA (2010):

a) O número de comunidades quilombolas atendidas pelo programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) saltou de 17 para 669, contemplando 82% das comunidades reconhecidas na época;

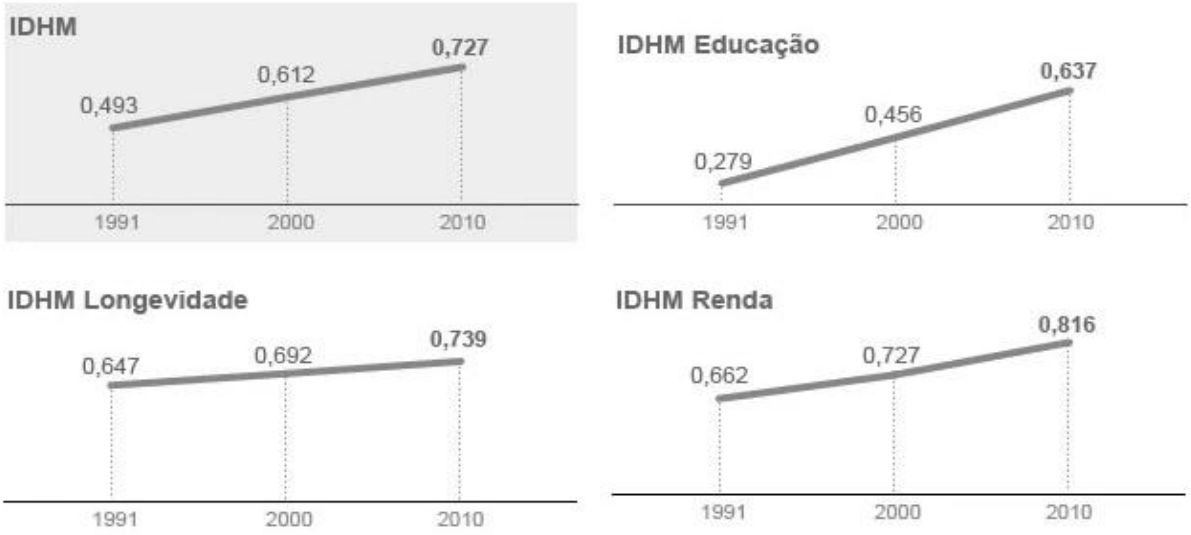
b) O número de agricultores familiares atendidos pelo ATER subiu de 319,8 mil para 687,8 mil;

c) 666 novas farmácias populares foram implantadas graças à demanda dos colegiados territoriais de mudança na regra do teto populacional dos municípios atendidos, que caiu de 70 mil para 40 mil habitantes.

Segundo dados levantados pelo MDA (2010), acrescentam-se a essas, outras ações:

a) Ações de financiamentos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) com a ampliação da assistência técnica;
b) Construção de estradas com a ampliação do Programa Luz para Todos; a recuperação da infraestrutura dos assentamentos com a ampliação do Programa Bolsa Família;
c) Implantação de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) com a ampliação dos programas Saúde da Família, Farmácia Popular e Brasil Sorridente; e
d) Construção de escolas com obras de saneamento básico e a construção de cisternas.

Figura 3. Evolução do IDHM Brasil 1991 - 2010



Fonte: Atlas IDHM 2013/ IBGE.

De acordo com a Figura, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM do Brasil saltou de maneira relevante em 20 anos, totalizando um percentual de 47,5% entre os anos de1991 e 2010, concentrando-se nas regiões Norte e Nordeste os maiores avanços no índice renda. De acordo com a classificação do IDHM geral do Brasil, segundo IBGE (2013) “Mudou de “muito baixo” (0,493)”., em 1991 para "alto desenvolvimento humano" (0,727), em 2010. Em 2000, o IDHM geral do Brasil era 0,612, considerado "médio". Atualmente tem-se um percentual de 85% dos municípios Brasileiros fora da faixa “muito baixo desenvolvimento humano”, segundo classificação criada pelo Pnud. Atualmente, 0,57% dos municípios, ou 32 cidades das 5.565 do país, são consideradas de “muito baixo desenvolvimento humano”.

Todos os dados apresentados demonstram que o PTC está conseguindo alcançar seu objetivo, através da implementação de ações voltadas para o correto atendimento das necessidades das comunidades rurais, estratégias essas que são o pilar principal para o desenvolvimento territorial. Dentre todos os avanços já apresentados é importante destacar que os resultados apresentados ao longo da implementação do programa não se limitam apenas ao maior acesso a políticas públicas de desenvolvimento territorial, mas representa um instrumento de mobilização de todo o processo de desenvolvimento territorial, que não se limita a ações setoriais, mais que suporta o todo e ainda seleciona as políticas baseado nas necessidades individuais de cada região. No caso das políticas para as mulheres, por exemplo, MDA (2010) a articulação local em torno da agenda de promoção da igualdade de gênero resultou na criação de 86 comitês territoriais de mulheres.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com todos os dados apresentados, podemos afirmar que o PTC está a cada dia se tornando um marco na história das Políticas Públicas voltadas para o desenvolvimento territorial, sua priorização pelos territórios com maiores índices de pobreza e desigualdades sociais e econômicas, apresentam o diferencial da sua estratégia, assim como seu objetivo de promover o acesso de toda a população a serviços de cidadania, como moradia, saúde e educação dentre outros torna ainda mais relevante sua significação.

No que se refere à facilidade no acesso a essas políticas, PTC se justifica pelo fato de orientar e acompanhar a organização social dos territórios, por meio de comitês, assim como o incentivo do exercício do controle social por parte da sociedade civil, que não realiza seu papel na maioria das vezes pelo desconhecimento da importância desse processo.

É impactante a evolução ocorrida com a integração das políticas promovida pelo PTC, o que antes era tratado de forma individual, consolidou-se em um conjunto de ações que trabalham simultaneamente, nas diversas áreas fragilizadas, promovendo melhoria da renda, aquisição de direitos, saúde, educação e moradia voltadas especialmente para a agricultura familiar.

Podemos identificar ainda mudança na forma em que o rural se redimensionou, seja na sua nova forma, seja em relação às desigualdades sociais enfrentadas, podemos confirmar que o estado passou a ter um olhar diferenciado, tornando possível a promoção de um novo modo de buscar o desenvolvimento, com ações simples que se tornam grandiosas, como por exemplo, uma reunião de um comitê de mulheres, nesses espaços é possível discursões únicas, explanações sobre questões que não seriam possíveis em dimensões mais estratégicas, nada melhor do que buscar alternativas de solução com quem vivencia o problema, é essa nova forma de construção que o PTC proporciona.

Outro ponto importante é a formação dos Colegiados Territoriais, que ocorre de forma paritária, ou seja, é necessário respeitar a quantidade igual de representantes

tanto do poder público, quanto da sociedade civil, comtemplando a representação de mulheres, indígenas e quilombolas.

Mesmo com todos os avanços já conquistados pelo programa, ainda permanecem muitos desafios tais como o aprofundamento da integração das políticas públicas. Esse ponto exige uma segurança por parte do governo, da promoção de ações, assim como disponibilização de novos, e a adequação de instrumentos que atendam os territórios respeitados suas diversidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. 2010. Balanço da Matriz de Ações Federal 2008, 2009 e 2010. Material de divulgação do Programa Territórios da Cidadania em 2010.

_____. 2009. Revista Territórios da Cidadania. Integração de Políticas Públicas para Reduzir Desigualdades. Brasília: Portal da Cidadania, março de 2009, 20 p.

BRITO. Ana Vládia da Costa. **O Programa Territórios da Cidadania e o Desenvolvimento Rural Sustentável.** 2012. 91 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Economia Rural, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012. Disponível em: <http://www.teses.ufc.br/tde_busca/resultado-tdes-prog.php>. Acesso em: 15 abri. 2018.

BONNAL, Philippe et al. Subsídios Metodológicos ao Estudo do Desenvolvimento Territorial. In: LEITE, Sérgio Pereira et al. **Políticas Públicas, Atores Sociais e Desenvolvimento Territorial do Brasil.** Brasília: IICA, 2011. Cap. 1. p. 35-56. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, vol. 14).

HESPANHOL, R. A. M. **A adoção da perspectiva territorial nas políticas de desenvolvimento rural no Brasil.** In: CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v.5, n.10, p. 123-147, ago. 2010.

PNUD. Programa de Desenvolvimento das ações Unidas. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.** 2013. Disponível em < http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/idhm/>. Acesso em 09 de Junho 2018.

LEITE, S. P.; DELGADO, N. G.; MEDEIROS, L. S. de; DIAS, M. M.; BONNAL, P.; CAZELLA, A. A.; KATO, K.; WESZ JUNIOR, V. J.; BURGIO, F. L. **Políticas Públicas, Atores Sociais e Desenvolvimento Territorial no Brasil.** Brasília: IICA, 2011, Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v. 14, 236 p.

MDS. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Referências para o Desenvolvimento Territorial Sustentável.** 2003. Disponível em:

<http://ieham.org/html/docs/Referencias_para_desenvolvimento_rural_sustentavel.pdf>. Acesso em: 16 abril. 2018.

MEDEIRO, Leonilde Servolo de; DIAS, Marcelo Miná. Introdução. In: LEITE, Sérgio Pereira et al. **Políticas Públicas, Atores Sociais e Desenvolvimento Territorial do Brasil.** Brasília: IICA, 2011. p. 13-34. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, vol. 14).

MEDEIRO, Leonilde Servolo de; DIAS, Marcelo Miná. Marco Jurídico Normativo para o Desenvolvimento Rural com Enfoque Territorial. In: LEITE, Sérgio Pereira et al. **Políticas Públicas, Atores Sociais e Desenvolvimento Territorial do Brasil.** Brasília: IICA, 2011. p. 197-228. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, vol. 14).

PEREIRA, Flávia Ferreira**. Evolução do desenvolvimento rural sustentável no Estado do Ceará no período de 1995 a 2008**. Fortaleza, CE, 2010. 126f. Dissertação (Mestrado em Economia Rural). Universidade Federal do Ceará, UFC. Disponível em: <http://www.teses.ufc.br/tde_busca/resultado-tdes-prog.php>. Acesso em: 20 abril. 2018.

.